

Contas Nacionais Anuais (Base 2011)
2015

Contas Nacionais Anuais: Resultados finais para 2015

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) registou o valor de 179 809 milhões de euros, correspondendo a um aumento nominal de 3,9% e real de 1,8%, comparativamente com o ano anterior. Este resultado final representa uma revisão em alta do PIB de 305 milhões de euros (0,2%) relativamente à anterior estimativa.

Em termos de contributos líquidos de importações, a despesa de consumo final das Famílias e as Exportações apresentaram o maior contributo (0,7 pontos percentuais – p.p. – cada) para a variação do PIB. O Investimento contribuiu com 0,4 p.p. e a despesa de consumo das Administrações Públicas (AP) com 0,1 p.p..

O emprego medido em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo aumentou 1,9%, mais 0,3 p.p. que o VAB, traduzindo-se numa redução da produtividade do trabalho. Todavia, nos ramos exportadores (concorrenciais internacionalmente) assistiu-se a um crescimento deste indicador.

O saldo externo de bens e serviços manteve-se positivo, tendo aumentado de 0,2% do PIB em 2014 para 0,6% em 2015. Ainda assim, refletindo sobretudo um aumento dos rendimentos líquidos pagos ao exterior, a capacidade de financiamento da economia diminuiu de 1% do PIB em 2014 para 0,3% do PIB em 2015. Também em consequência deste facto, o Rendimento Nacional Bruto registou um crescimento nominal (2,8%) inferior ao do PIB.

Em termos da situação financeira, as AP foram o único setor a registar uma melhoria, tendo a sua necessidade de financiamento diminuído 2,8 p.p., para 4,4% do PIB, refletindo em grande medida a redução das transferências para o setor das Sociedades Financeiras (SF), cuja capacidade de financiamento diminuiu em 1,2 p.p., para 3,6% do PIB. A capacidade de financiamento das Famílias reduziu-se em 0,3 p.p., para 2,2% do PIB. As Sociedades não Financeiras (SNF) registaram uma necessidade de financiamento de 0,7% do PIB (capacidade de financiamento de 1,2% em 2014) e um aumento da taxa de investimento para 21,6% do VAB respetivo (mais 0,7 p.p. que no ano anterior).

Neste destaque divulgam-se as Contas Nacionais de 2015 (resultados finais) na base 2011. A compilação da versão final das Contas Nacionais baseia-se em fontes de informação de natureza mais sólida, pormenorizada e completa que as versões anteriormente divulgadas, e caracteriza-se pelo elevado grau de detalhe, quer ao nível da compilação e tratamento da informação de base, quer em termos do quadro geral de equilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços (127 ramos de atividade económica X 433 produtos), a preços correntes e a preços do ano anterior, que lhe está subjacente. Como habitualmente, a nova informação anual é incorporada nas Contas Nacionais Trimestrais, determinando a revisão dos resultados para o novo ano disponível e para os trimestres subsequentes.#

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais.

I. Principais Resultados

O valor do Produto Interno Bruto (PIB) foi 179 809 milhões de euros em 2015

O Produto Interno Bruto (PIB) fixou-se em 179 809 milhões de euros em 2015, o que correspondeu a um aumento de 3,9% em valor (1,7% em 2014). Esta variação traduziu um aumento de 1,8% em volume (acréscimo de 0,9% no ano anterior) e um crescimento dos preços implícitos no PIB de 2,0% (0,8% em 2014). A aceleração do deflator do PIB foi essencialmente determinada pelo ganho nos termos de troca (+3,2%), resultante da redução dos preços das importações (-4,4%) superior ao das exportações (-1,3%).

Tendo por base o sistema de Input-Output compilado para 2013, foi possível apurar o conteúdo importado dos vários agregados da despesa e, conseqüentemente, determinar os respetivos contributos, líquidos de importações, para o PIB (ver caixa no final deste destaque para maior detalhe). A despesa de consumo final das Famílias e as Exportações apresentaram o maior contributo 0,7 p.p., cada, para o crescimento do PIB¹. O Investimento contribuiu com 0,4 p.p. e a despesa de consumo das Administrações Públicas 0,1 p.p..

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da despesa

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Despesa de consumo final residentes	146 266	150 311	1,8	2,8	1,7	2,1
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	114 060	117 727	-0,4	2,6	2,4	2,3
Despesa de consumo final das AP (2)	32 206	32 584	-0,9	1,2	-0,5	1,3
Formação bruta de capital	26 486	28 452	6,3	7,4	5,1	6,4
da qual: Formação bruta de capital fixo	25 993	27 844	3,5	7,1	2,3	5,8
Exportações de bens e serviços	69 360	72 648	3,1	4,7	4,3	6,1
Exportação de bens (FOB) (3)	50 415	52 341	2,3	3,8	4,3	6,7
Exportação de serviços	18 945	20 307	5,2	7,2	4,4	4,7
Importações de bens e serviços	69 033	71 601	5,3	3,7	7,8	8,5
Importação de bens (FOB) (3)	58 593	60 416	4,4	3,1	7,6	8,8
Importações de serviços	10 441	11 185	10,6	7,1	9,2	6,4
Contributos, líquidos de importações, para a variação do PIB						
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)			0,8	1,7	0,4	0,7
Despesa de consumo final das AP (2)			-0,1	0,2	0,0	0,1
Formação bruta de capital			0,2	0,7	0,1	0,4
Exportações de bens e serviços			0,7	1,3	0,5	0,7
Produto Interno Bruto a preços de mercado	173 079	179 809	1,7	3,9	0,9	1,8

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – “Free on Board”.

A evolução das exportações refletiu sobretudo o comportamento da componente de bens, que cresceu 6,7% (4,3% em 2014). As exportações de serviços aumentaram 4,7% em 2015, após a variação de 4,4% no ano anterior. Nos bens destacaram-se os *produtos petrolíferos* e as *componentes e acessórios para veículos automóveis* com crescimentos respetivos de 40,4% e 23,2%. Em sentido contrário, são de realçar as exportações de outras bebidas alcoólicas (exceto vinho) e de metais preciosos, com diminuições de 31,4% e de 23,9%, respetivamente.

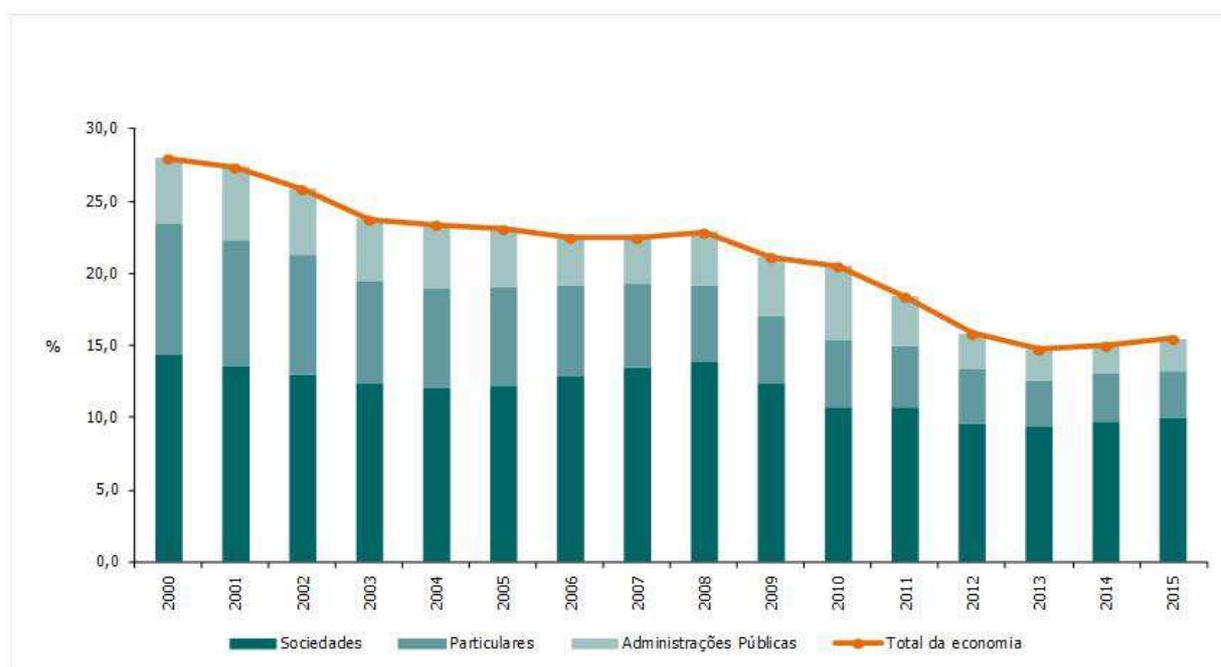
¹ Devido a arredondamentos, a soma dos contributos pode não ser igual ao valor global.

As importações de bens e serviços cresceram 8,5% em volume em 2015 (7,8% em 2014). A evolução das componentes de bens e de serviços foi distinta, com as primeiras a acelerarem para 8,8% em 2015 (7,6% no ano precedente) e as segundas a abrandarem de 9,2% para 6,4%, pela mesma ordem. As importações de bens com crescimentos mais significativos foram os óleos brutos de petróleo (27,5%) e veículos automóveis (27,3%). Com um desempenho oposto, destacaram-se as importações de carne preparada e conservada (-5,5%) e de madeira de folhosas (-28,9%).

A procura interna aumentou 2,8% (2,2% em 2014), tendo todas as suas componentes contribuído para este aumento. O investimento e a despesa de consumo final das Administrações Públicas (AP), com taxas de variação de 6,4% e 1,3%, respetivamente, aceleraram face ao ano anterior (5,1% e -0,5%, pela mesma ordem). A despesa de consumo final das famílias residentes (incluindo Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias, ISFLSF) desacelerou ligeiramente, passando de uma variação de 2,4% em 2014 para 2,3% em 2015. A evolução do investimento refletiu a variação positiva de todas as componentes, sendo de realçar a inversão de tendência do investimento em construção que, pela primeira vez desde 2009, apresentou uma variação positiva (4,9%).

A taxa de investimento da economia, medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB, registou um ligeiro aumento de 0,5 p.p. em 2015. Esta melhoria foi devida principalmente ao aumento da FBCF das Sociedades (Financeiras e Não Financeiras) em 6,6%. O gráfico 1 apresenta a taxa de investimento por setor institucional para o período 2000-2015.

Gráfico 1 – Taxa de investimento por setor institucional (% do PIB)



O crescimento real do Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi 1,6% em 2015

Em 2015 o VAB continuou a trajetória ascendente iniciada no ano anterior, registando uma variação em volume de 1,6% (0,4% em 2014). As atividades da *indústria e energia*, com um crescimento de 3,1% em 2015 (2,2% em 2014), apresentaram o maior contributo (0,5 p.p.) para a variação do VAB total. Seguiu-se o *comércio, reparação automóvel, correios e transportes* e a *administração pública, saúde e educação* com variações de 1,9% e 1,8%, respetivamente, e contributos de 0,4 p.p. cada. As atividades *financeiras e de seguros* e a *construção* tiveram um desempenho oposto, observando-se diminuições dos respetivos VAB de 5,4% e 0,1% em 2015, ainda assim menos acentuadas que no ano anterior (-9,2% e -8,5%, pela mesma ordem).

O VAB a preços correntes aumentou 3,6% em 2015 (1,1% no ano anterior), o que corresponde à variação mais elevada registada desde 2007. O VAB das Sociedades Não Financeiras (SNF) registou uma variação de 5,6% em 2015, contribuindo em 3,0 p.p. para variação total do VAB, em resultado de um crescimento menos intenso do consumo intermédio do que da produção (1,7% e 3,2%, respetivamente).

O comportamento dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos manteve-se semelhante ao do ano anterior, apresentando uma taxa de variação nominal de 5,8% (5,9% em 2014) refletindo, sobretudo, o aumento da receita com o imposto sobre o valor acrescentado (4,7% em valor), o imposto municipal sobre as transações de imóveis (14,3%) e o imposto automóvel (19,2%), em resultado principalmente do aumento do volume das vendas de imóveis e de veículos.

Quadro 2 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da produção

	Valor (10 ⁶ €)			Variação em valor (%)		Variação em volume (%)		Variação em preço (%)	
	2014	2015/14	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Valor Acrescentado Bruto	151 365	153 859	156 839	1,1	3,6	0,4	1,6	0,6	1,9
Agricultura, silvicultura e pesca	3 511	3 690	3 687	-0,9	5,0	-1,6	5,1	0,8	-0,1
Indústria e energia	26 488	27 311	28 753	4,3	8,6	2,2	3,1	2,0	5,3
Construção	6 278	6 273	6 370	-7,0	1,5	-8,5	-0,1	1,6	1,5
Comércio, reparação automóvel, correios e transportes	29 212	29 781	30 167	0,2	3,3	2,2	1,9	-2,0	1,3
Alojamento e restauração	8 062	8 361	8 619	6,6	6,9	4,3	3,7	2,2	3,1
Serviços de informação e comunicação	5 192	5 200	5 321	-0,5	2,5	-1,1	0,2	0,6	2,3
Finanças e seguros	8 089	7 655	8 242	-2,0	1,9	-9,2	-5,4	8,0	7,7
Imobiliárias	18 891	19 154	19 233	1,7	1,8	0,0	1,4	1,7	0,4
Outros serviços prestados às empresas	10 856	10 985	11 027	7,3	1,6	8,5	1,2	-1,1	0,4
Administração pública, saúde e educação	30 391	30 923	30 862	-1,7	1,6	-1,3	1,8	-0,4	-0,2
Outros serviços	4 395	4 525	4 558	2,5	3,7	2,5	3,0	0,0	0,7
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	21 714	22 374	22 970	5,9	5,8	4,2	3,0	1,6	2,7
Produto Interno Bruto	173 079	176 233	179 809	1,7	3,9	0,9	1,8	0,8	2,0

O volume de emprego aumentou 1,9% em 2015

O emprego total, medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC), cresceu 1,9% em 2015 (1,6% no ano anterior). Para este aumento contribuíram, essencialmente, os ramos do *comércio, reparação automóvel, restauração e alojamento; indústria e energia e de serviços prestados às empresas*, com variações de 2,6%, 2,8% e 4,5%, respetivamente (contributos de 0,6 p.p., 0,5 p.p. e 0,5 p.p., pela mesma ordem). Em sentido oposto, destacam-se a *agricultura, silvicultura e pesca* (-2,0%) e as *atividades financeiras e de seguros* (-2,5%), com contributos de -0,1 p.p.

cada. No entanto, para estas atividades a evolução foi menos negativa do que a registada em 2014, tendo-se observado taxas de -5,3% e -3,3% respetivamente. Destaque-se ainda o aumento de emprego na construção (0,5%), o que não se verificava desde 2007.

O crescimento das remunerações acentuou-se de 0,3% em 2014 para 2,8% em 2015, refletindo sobretudo o aumento de 2,3% do emprego remunerado e um ligeiro acréscimo da remuneração média (0,4% por ETC). Este acréscimo traduziu a evolução positiva verificada em todos os setores à exceção do das Administrações Públicas, que voltou a apresentar uma variação negativa, ainda assim muito inferior à do ano anterior (-2,5% em 2014 e -0,2% em 2015).

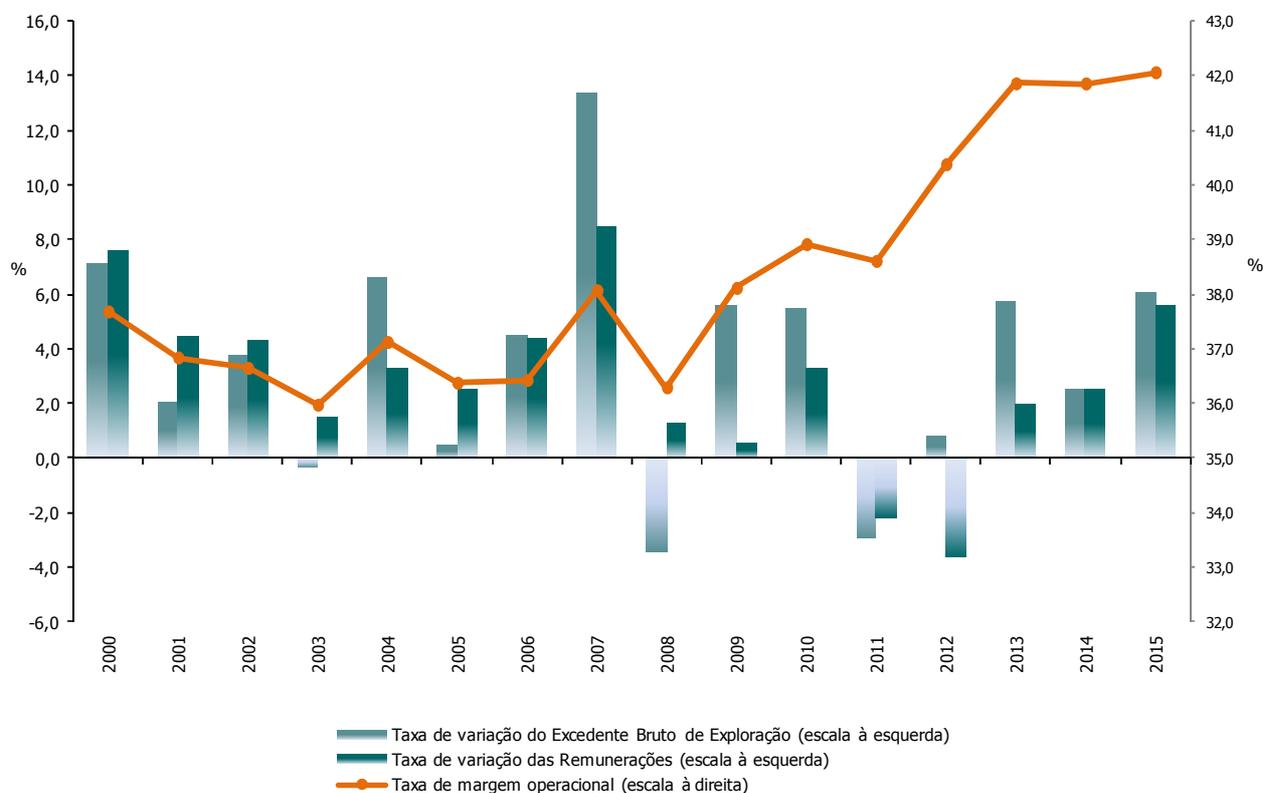
As remunerações pagas pelas SNF aumentaram 4,9% em 2015, mais que compensando a diminuição das remunerações pagas pelas Administrações Públicas e pelas Famílias (-0,8% e -1,7%, respetivamente). Em 2015, as remunerações recebidas pelas Famílias aumentaram 2,9%.

O excedente/rendimento misto cresceu 3,5%, mantendo praticamente inalterado o seu peso relativo no VAB (49,3% em 2015 e 49,4% em 2014). O Excedente Bruto de Exploração (EBE) das Sociedades Não Financeiras cresceu 6,1%, determinando um aumento da taxa de margem operacional para 42,1%. Esta taxa é obtida pelo rácio entre o EBE e o VAB das SNF e corresponde à percentagem de valor criado que se destina a remunerar os capitais próprios, à satisfação dos encargos financeiros e à acumulação de reservas.

Quadro 3 – Emprego, remunerações e produtividade

	2014	2015	Taxas de variação (%)	
			2014	2015
VAB (10⁶ €)				
Preços correntes	151 365	156 839	1,1	3,6
Preços do ano anterior	150 420	153 859	0,4	1,6
Emprego				
Horas (10 ⁶)	8 425	8 579	1,8	1,8
ETC (10 ³)	4 247	4 327	1,6	1,9
Indivíduos (10 ³)	4 513	4 576	1,4	1,4
Emprego Remunerado				
Horas (10 ⁶)	7 087	7 251	2,6	2,3
ETC (10 ³)	3 658	3 743	2,1	2,3
Indivíduos (10 ³)	3 787	3 876	2,0	2,4
Remunerações (10⁶ €)	76 472	78 604	0,3	2,8
Ordenados e salários (10⁶ €)	59 585	61 381	0,8	3,0
Impostos líquidos de subsídios à produção (10⁶ €)	139	881		
Excedente/Rendimento misto bruto (10⁶ €)	74 753	77 355	1,8	3,5
Remuneração média anual (€)				
Horas	10,8	10,8	-2,3	0,5
ETC	20 908	21 000	-1,8	0,4
Indivíduos	20 194	20 278	-1,8	0,4
Ordenados e salários médios anuais (€)				
Horas	8,4	8,5	-1,7	0,7
ETC	16 291	16 399	-1,3	0,7
Indivíduos	15 734	15 835	-1,2	0,6
Variação real da produtividade do trabalho				
Horas			-1,4	-0,2
ETC			-1,2	-0,3
Indivíduos			-1,0	0,3
Variação dos custos de trabalho por unidade produzida				
Horas			-0,9	0,6
ETC			-0,7	0,7
Indivíduos			-0,8	0,2

Gráfico 2 – Margem operacional das Sociedades não financeiras (% do VAB)



A produtividade diminuiu 0,3%, em resultado do aumento do volume de emprego superior ao do VAB

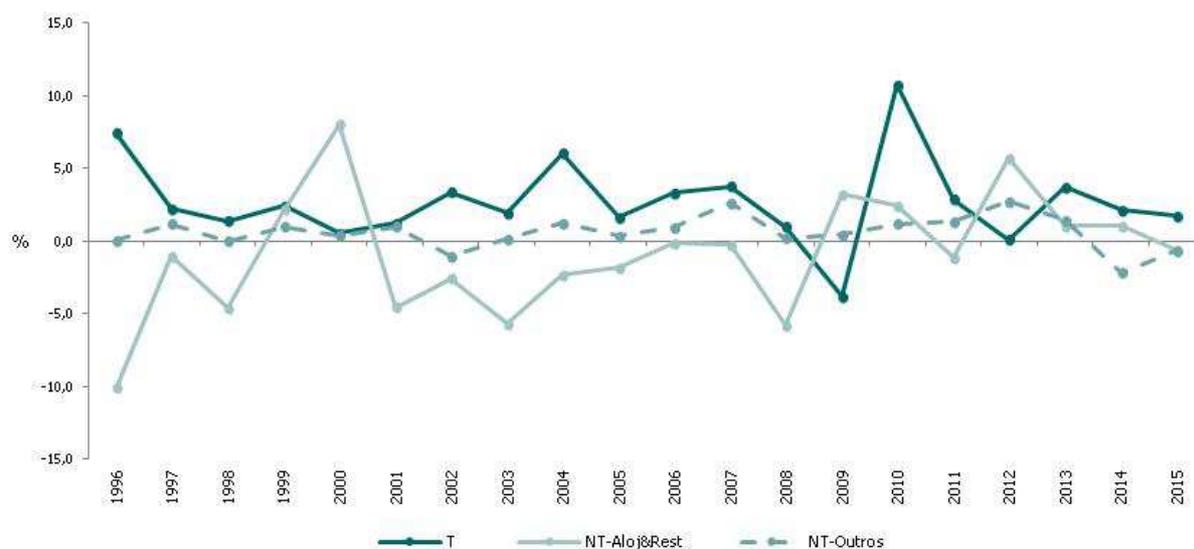
Pelo segundo ano consecutivo, a produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre VAB em termos reais e o emprego medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC), diminuiu (ver quadro 3). Efetivamente o emprego registou um crescimento (1,9%) superior ao do VAB (1,6%). No entanto, como o gráfico 3 ilustra, nos ramos *transacionáveis*² registou-se um crescimento de 1,7% da produtividade, enquanto os *outros não transacionáveis* apresentaram uma variação negativa (-0,6%). Neste último agrupamento destaca-se o contributo negativo dos serviços prestados às empresas (-0,4 p.p.), atividades financeiras e transportes e comunicações (-0,2 p.p. cada) para esta variação.

A variação negativa da produtividade do trabalho conjugada com um aumento da remuneração média (0,4%) traduziu-se num aumento de 0,7% dos custos unitários do trabalho por unidade produzida.

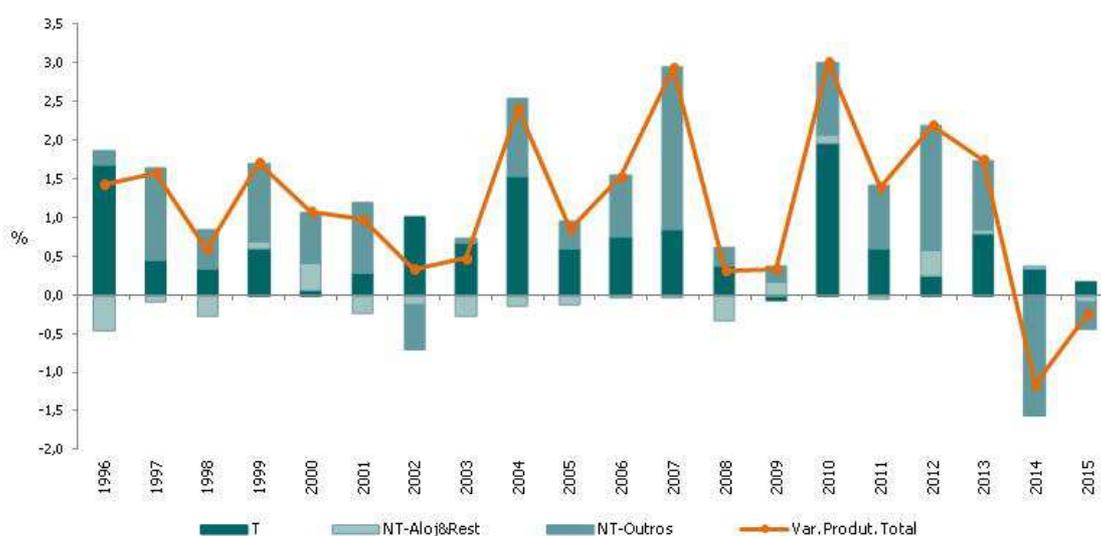
² No final deste destaque apresenta-se a classificação dos ramos de atividade económica adotada para a constituição destes agrupamentos.

Gráfico 3

A – Variação real da produtividade do trabalho



B – Contributos para a variação real da produtividade do trabalho



Notas: **T** - ramos de atividade transacionáveis; **NT-Aloj&Rest** – ramos de atividade não transacionáveis (alojamento e restauração); **NT-Outros** – outros ramos de atividade não transacionáveis

O Rendimento Nacional Bruto aumentou 2,8% em 2015

Em 2015, o RNB registou uma variação nominal de 2,8%, menos 1,1 p.p. que a variação nominal do PIB. Esta evolução foi determinada pela redução do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior (taxas de variação de -8,2% nos rendimentos recebidos e 10,1% nos rendimentos pagos), destacando-se o aumento dos lucros reinvestidos das empresas residentes detidas pelo exterior e, em segundo lugar, a diminuição dos juros recebidos do exterior. O saldo (negativo) dos rendimentos de propriedade com o exterior representava 3,4% do PIB em 2015 (-2,6% em 2014).

Quadro 4 – PIB, RNB e RDB

	PIB		RNB		RDB	
	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)
2000	128 466	7,4	126 019	5,9	128 580	5,9
2001	135 828	5,7	133 102	5,6	135 783	5,6
2002	142 631	5,0	140 137	5,3	141 935	4,5
2003	146 158	2,5	144 324	3,0	145 471	2,5
2004	152 372	4,3	150 090	4,0	151 534	4,2
2005	158 653	4,1	156 209	4,1	156 888	3,5
2006	166 249	4,8	160 967	3,0	162 176	3,4
2007	175 468	5,5	169 874	5,5	171 286	5,6
2008	178 873	1,9	171 910	1,2	173 720	1,4
2009	175 448	-1,9	169 024	-1,7	169 934	-2,2
2010	179 930	2,6	173 878	2,9	174 987	3,0
2011	176 167	-2,1	172 772	-0,6	174 098	-0,5
2012	168 398	-4,4	164 317	-4,9	165 851	-4,7
2013	170 269	1,1	167 975	2,2	169 808	2,4
2014	173 079	1,7	170 117	1,3	172 313	1,5
2015	179 809	3,9	174 868	2,8	177 168	2,8

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 2,8% em 2015

O RDB da nação e a Despesa de Consumo Final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registaram ambos taxas de crescimento de 2,8%, resultando num acréscimo de 3,1% da poupança bruta da economia (-0,4% em 2014).

O RDB nominal das Famílias aumentou 3,4% em 2015 (-0,4% em 2014), interrompendo a tendência decrescente iniciada em 2011.

Em 2015, o RDB ajustado *per capita* fixou-se em 13,6 mil euros, correspondendo a um crescimento de 2,9% face ao ano anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias.

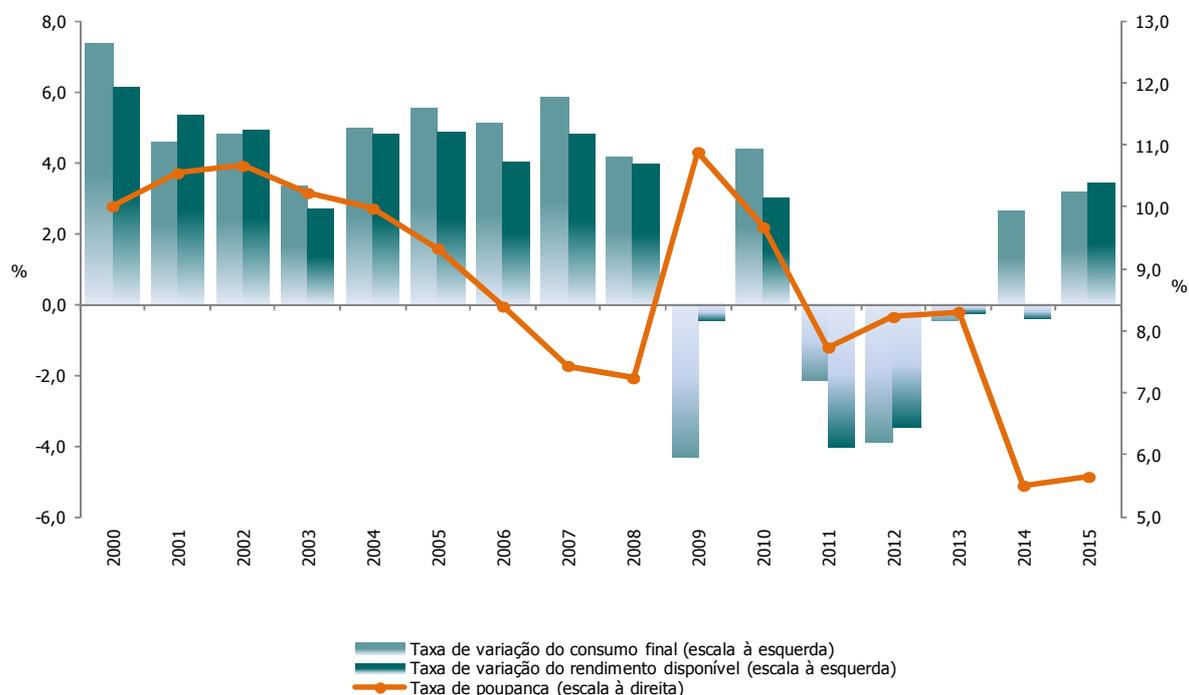
O aumento do RDB das Famílias foi determinado principalmente pelo aumento das remunerações recebidas, que explicam 1,9 p.p. do aumento. Em segundo lugar, a melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade registada pelas Famílias em 2015 contribuiu em 0,8 p.p. para a variação do RDB.

Quadro 5 – Contributos para a variação do RDB das Famílias (p.p.)

	Remunerações (1)	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto (2)	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos (3)	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie (4)	Transferências líquidas recebidas (5)	Impostos (6)	Rendimento Disponível (7) = (1)+...+(5) - (6)
2000	5,8	1,5	-0,5	0,0	0,3	0,9	6,1
2001	4,1	1,6	-0,9	0,3	0,5	0,5	5,3
2002	3,2	1,2	0,7	0,3	-0,4	0,2	4,9
2003	1,8	0,4	1,1	0,9	-1,4	0,1	2,7
2004	2,1	1,6	0,5	1,1	-0,5	0,0	4,8
2005	3,2	0,8	1,1	0,6	-0,5	0,3	4,9
2006	2,0	0,8	0,6	0,4	0,7	0,4	4,0
2007	3,0	0,7	1,1	0,5	0,2	0,7	4,8
2008	2,2	0,8	1,0	0,4	0,0	0,3	4,0
2009	-0,1	-0,2	-1,2	1,6	-0,5	0,0	-0,5
2010	0,9	0,6	0,3	0,6	0,5	-0,1	3,0
2011	-2,6	-0,6	-0,7	0,5	0,2	0,7	-4,1
2012	-5,2	0,4	0,0	1,4	-0,5	-0,5	-3,5
2013	0,8	0,3	0,5	0,5	0,5	3,0	-0,3
2014	0,2	0,2	0,2	-0,6	-0,2	0,2	-0,4
2015	1,9	0,3	0,8	0,3	0,2	-0,1	3,4

A Despesa de Consumo Final (CF) das Famílias aumentou 3,2%, taxa inferior à registada para o RDB, o que permitiu um aumento da poupança bruta do setor em 6,0%. A taxa de poupança situou-se em 5,6% (mais 0,1 p.p. do que no ano anterior). A poupança bruta do total da economia registou uma variação de 3,1% em 2015, determinando uma taxa de poupança de 15,1%.

Gráfico 4 – Taxa de poupança das Famílias



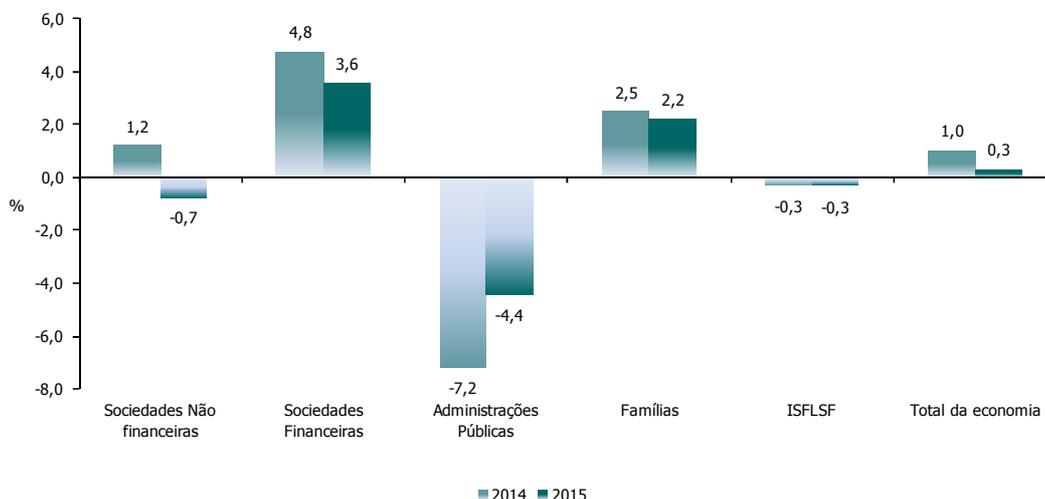
A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 0,3% do PIB

A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 0,3% do PIB, menos 0,7 p.p. do que no ano anterior. Esta diminuição ficou a dever-se ao comportamento da Formação Bruta de Capital (FBC), que registou um aumento de 7,4%, que mais do que compensou o aumento da poupança bruta referido anteriormente.

Com exceção das AP, que passaram de uma necessidade de financiamento de 7,2% do PIB em 2014 para 4,4% em 2015, todos os setores registaram uma diminuição da capacidade de financiamento. A redução mais acentuada observou-se no setor das SNF, em resultado do aumento da FBC, atingindo uma necessidade de financiamento de 0,7% do PIB, que compara com um excedente de 1,2% no ano anterior.

A redução da capacidade de financiamento do setor das Sociedades Financeiras ficou a dever-se principalmente à diminuição do saldo das transferências de capital, refletindo o efeito base da capitalização do Novo Banco efetuada em 2014. A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu 0,3 p.p. do PIB.

Gráfico 5 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)

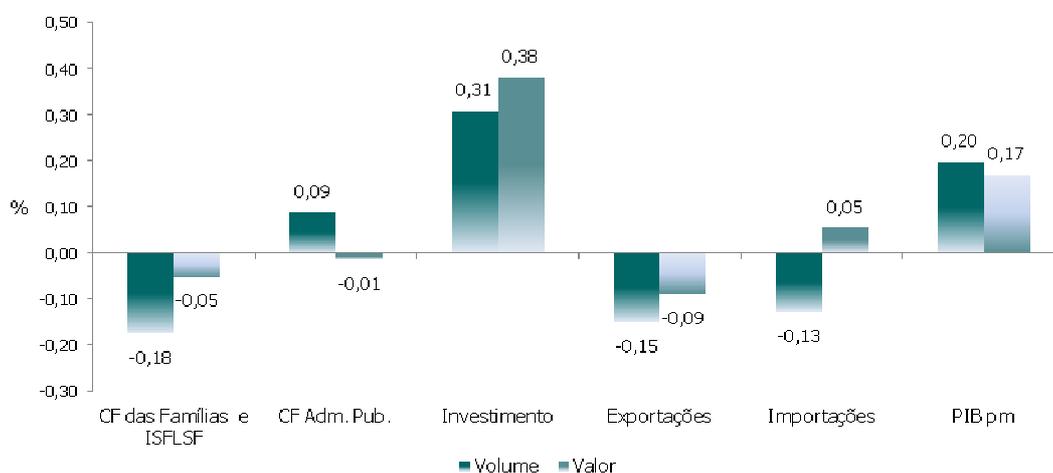


II. Revisões relativamente às estimativas anteriores

Revisões nas contas de bens e serviços

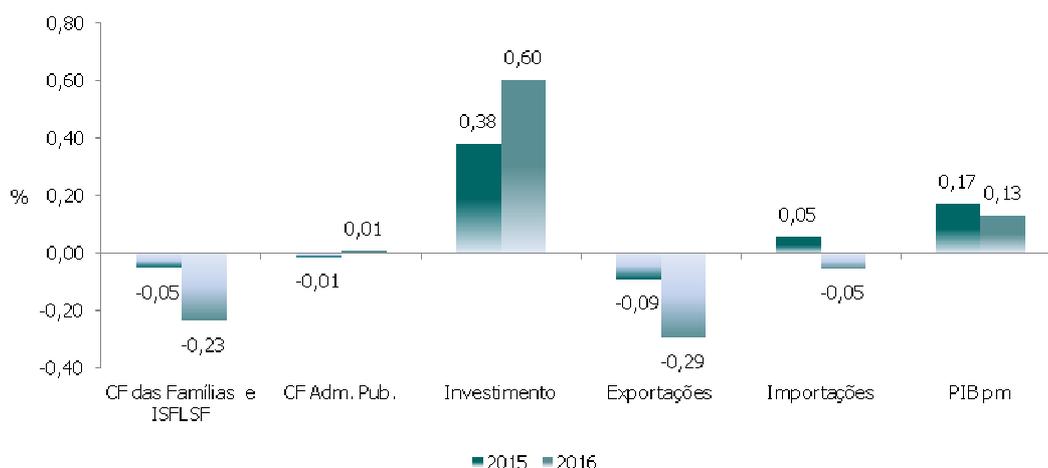
Os resultados finais para 2015 das Contas Nacionais Anuais determinaram uma revisão do nível do PIB em 305 milhões de euros (0,2% do nível anterior) comparativamente com a anterior estimativa das Contas Nacionais Trimestrais. Permanecendo o deflator do PIB praticamente inalterado, esta revisão refletiu-se numa revisão de 0,2 p.p. da taxa de variação em volume do PIB. O Investimento destacou-se como a componente com maior contributo para esta revisão do nível do PIB (gráfico 6). Associado aos dados agora divulgados está, essencialmente, a disponibilidade de um maior volume de informação, nomeadamente de natureza estrutural e origem administrativa, e um maior detalhe na sua apropriação pelas Contas Nacionais Anuais. O gráfico seguinte sintetiza as revisões do PIB na ótica da despesa.

Gráfico 6 – Revisão do PIB, e suas componentes, para 2015, em percentagem do PIB anteriormente publicado



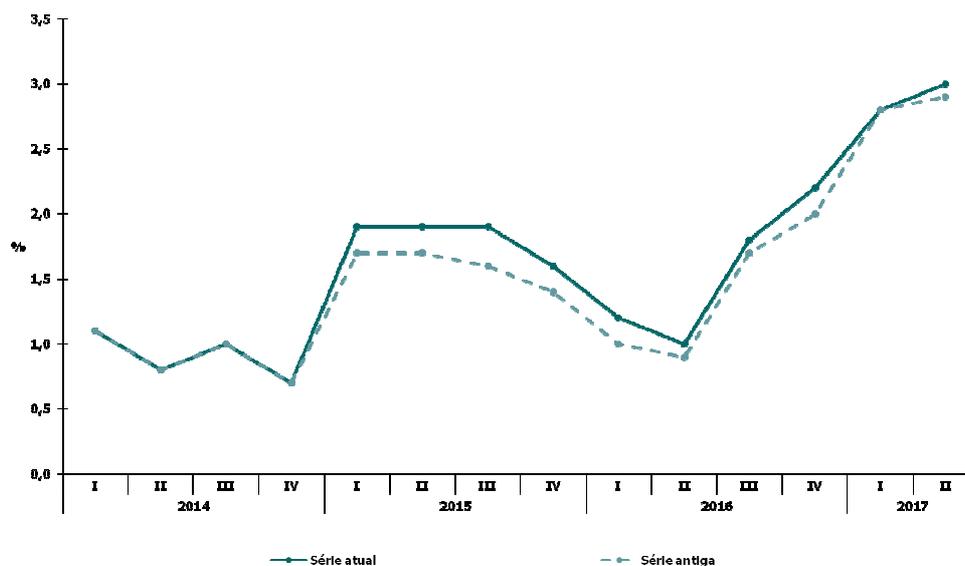
Para 2016, as revisões introduzidas refletem, além dos impactos diretos decorrentes da integração dos resultados finais de 2015, a incorporação de informação atualizada sobre o setor das Administrações Públicas e comércio internacional de bens e serviços. Estas alterações conduziram à revisão nominal em alta do nível do PIB em 0,1% (gráfico seguinte) e à revisão de 0,1 p.p. da taxa de variação em volume, para 1,5%³, fixando-se o PIB nominal em 2016 em 185 179 milhões de euros.

Gráfico 7 – Revisão do PIB e suas componentes, em valor, para 2015 e 2016, em percentagem do PIB anteriormente publicado



Em termos trimestrais, não se verificaram alterações com expressão nas taxas de variação em volume do PIB anteriormente publicadas, como pode ser observado no gráfico seguinte.

Gráfico 8 – Revisão das taxas de variação homóloga do PIB trimestral, em termos reais



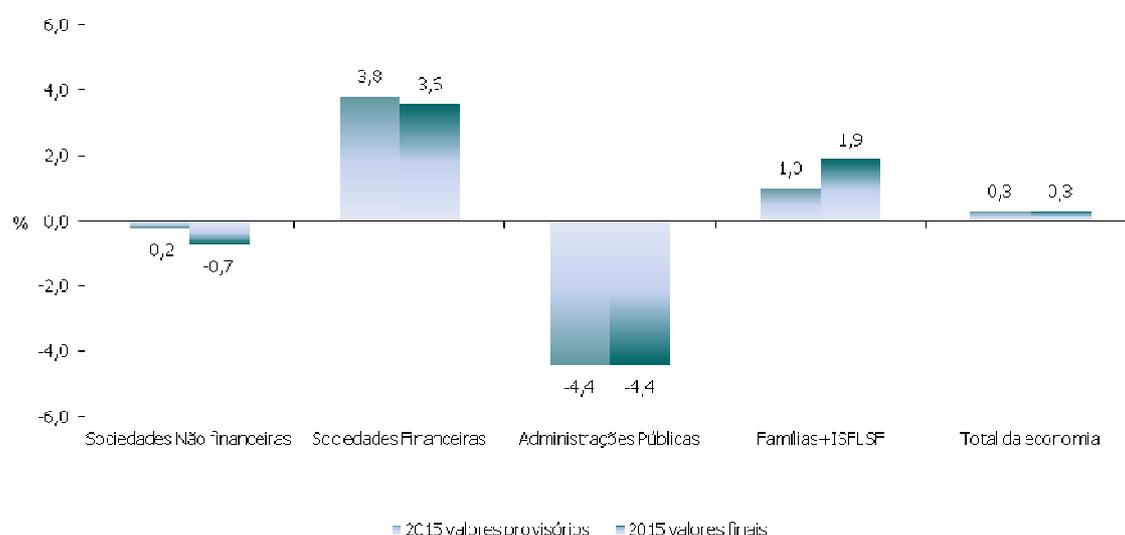
³ Refira-se ainda que os dados relativos a 2016 beneficiaram já da utilização de dados provisórios provenientes da Informação Empresarial Simplificada, tal como verificado há um ano atrás, para o ano 2015. Esta utilização, visa contribuir para a melhoria da qualidade das estimativas das Contas Nacionais Trimestrais, nomeadamente nos agregados do lado da oferta.

Revisões nas contas por setor institucional

Em termos de contas setoriais, também se verificaram ajustamentos relativamente à versão provisória publicada em 23 de Junho de 2017. O gráfico seguinte apresenta o impacto desses ajustamentos sobre a capacidade/necessidade de financiamento dos setores.

Gráfico 9 – Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)

Valores provisórios e finais de 2015



Como se pode observar, a revisão mais expressiva ocorreu no setor das Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias, que registaram no seu conjunto uma melhoria da capacidade de financiamento em 0,9 p.p.. Esta melhoria ficou a dever-se principalmente ao aumento do saldo dos rendimentos de propriedade, que representa 0,4 p.p. da diferença.

A necessidade de financiamento das Sociedades não financeiras agravou-se em 0,5 p.p., em resultado da revisão em alta do investimento do setor (contributo de -0,8 p.p. para a revisão da necessidade de financiamento), parcialmente compensado pela melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade (+0,3 p.p.).

Relativamente a 2016, verificou-se uma revisão em baixa da capacidade de financiamento da economia portuguesa em 0,5% do PIB, determinada sobretudo pela redução do saldo externo de bens e serviços. Nos setores internos, e à semelhança do observado em 2015, o saldo das famílias melhorou, passando de 0,8% do PIB para 1,9%, determinado sobretudo pela revisão em alta das remunerações e, em menor grau, do saldo dos rendimentos de propriedade. O saldo das sociedades não financeiras foi revisto em baixa, passando a apresentar uma necessidade de financiamento correspondente a 0,8% do PIB, refletindo a revisão em alta do investimento e das remunerações pagas.

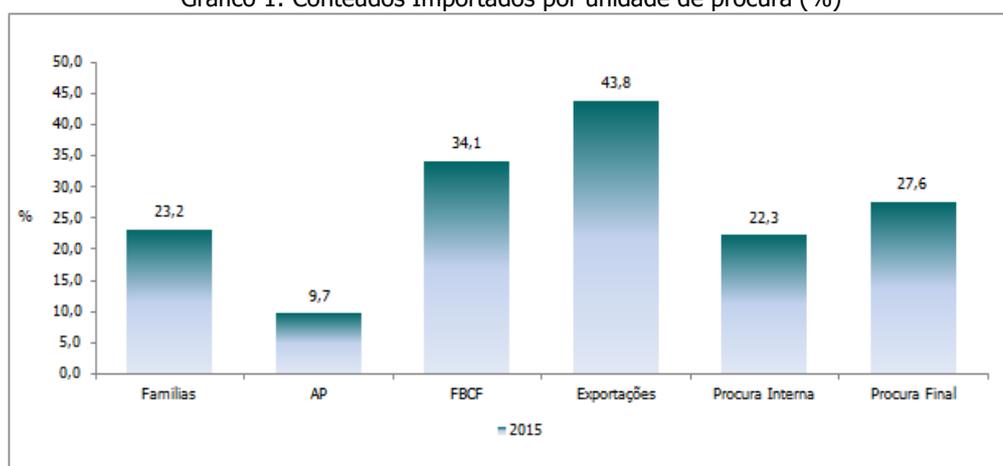
Conteúdo importado da Procura Final

Os resultados aqui apresentados sobre o conteúdo importado das principais componentes da Procura Final traduzem a aplicação da informação do Sistema Integrado de Matrizes Simétricas Input-Output para 2013, recentemente publicadas pelo INE¹, aos dados das Contas Nacionais finais de 2015.

Como se pode observar no gráfico 1, as Exportações, com 43,8%, foram o agregado com maior conteúdo importado em 2015, seguindo-se a FBCF com 34,1%. Note-se, no entanto, que o rácio apresentado para a FBCF é muito influenciado pela construção, cujo conteúdo importado é reduzido. Se excluíssemos esse produto, a FBCF passaria a ser o agregado com maior conteúdo importado (45,1%). A despesa de consumo final das Administrações Públicas apresentou a menor percentagem de conteúdo importado por unidade de despesa (9,7%).

Por cada unidade de Procura Interna², 22,3% tinha origem importada. Na Procura Final³ este rácio atingiu 27,6% em 2015.

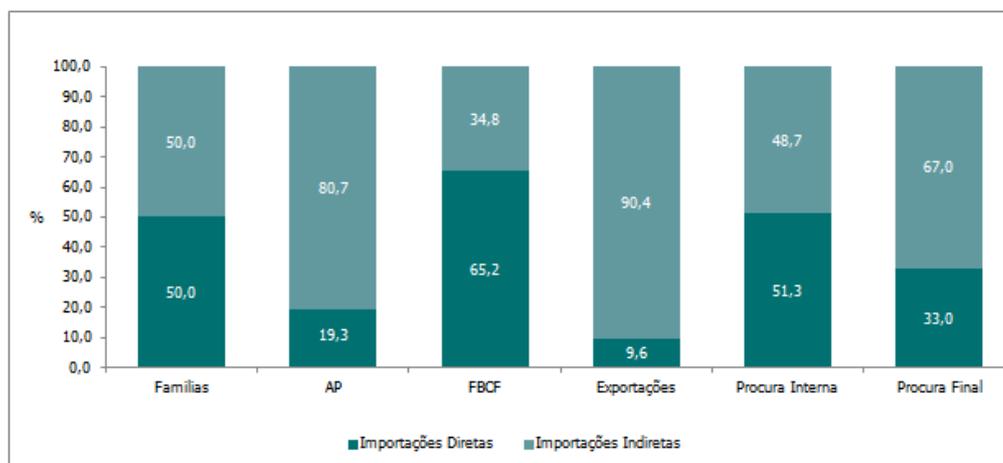
Gráfico 1: Conteúdos Importados por unidade de procura (%)



O conteúdo importado pode ser dividido em direto e indireto. O primeiro traduz as importações realizadas para utilização direta (sem transformação) dos agentes económicos; o segundo traduz as importações incorporadas no processo produtivo nacional para satisfazer a procura final dirigida à produção interna – são importações para Consumo Intermédio. O gráfico 2 representa o conteúdo importado, por tipo de importação e para o ano de 2015, para as rubricas da despesa acima analisadas.

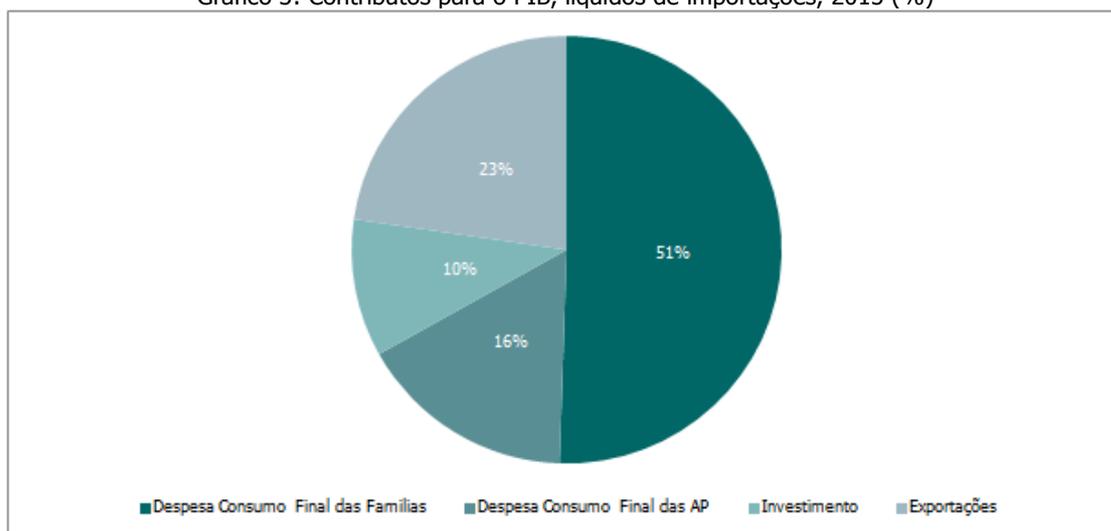
A FBCF apresenta o maior conteúdo de importações diretas (65%). A despesa de consumo das Famílias tem igual percentagem de contributo direto e indireto. Relativamente às exportações, o conteúdo importado é sobretudo indireto, sendo bastante reduzida a percentagem de importações diretas (reexportação).

Gráfico 2: Conteúdos Importados, por tipo de importação



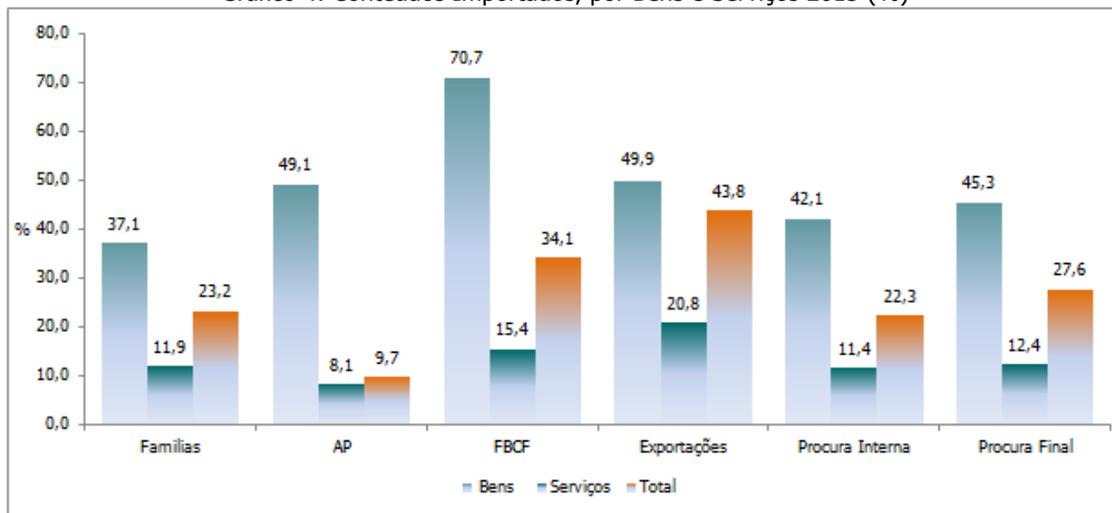
A abordagem Input Output permite não apenas identificar o conteúdo importado para satisfazer a procura dos diversos agregados, como os respetivos contributos para o PIB. Como ilustra o gráfico seguinte, a despesa de consumo final das Famílias, embora com um peso de 65% no PIB, contribuiu, líquido das respetivas importações, com 51% para este agregado. Já as exportações tinham um peso relativo no PIB de 40% e foram responsáveis por 23% da riqueza produzida. Por seu lado a despesa de consumo final das AP contribuiu com 16% para o PIB, onde tem um peso de 18%. Finalmente o investimento teve um contributo de 10%, para um peso de 16% no PIB.

Gráfico 3: Contributos para o PIB, líquidos de importações, 2015 (%)



A análise dos resultados em termos de bens e serviços mostra a reduzida componente importada no consumo interno de serviços (11,4% da procura final), ampliando o conteúdo importado na procura de bens⁴ (42,1%). Este rácio é significativamente mais elevado nomeadamente na FBCF, que atinge quase 71% em 2015.

Gráfico 4: Conteúdos Importados, por Bens e Serviços 2015 (%)



¹ A publicação está disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010&contexto=ra&selTab=tab1&perfil=220675104&INST=220618790

² A Procura Interna foi definida como a soma das despesas de consumo das Famílias, ISFLSF, Administrações Públicas e Formação Bruta de Capital.

³ A Procura Final corresponde à soma da despesa de consumo das Famílias, ISFLSF, Administrações Públicas, Formação Bruta de Capital e Exportações.

⁴ Para fins de cálculo, consideram-se bens todos os produtos das secções A a C da CAE Rev.3 e serviços todos os restantes.

Tabela 1 – Nomenclatura de Ramos de Atividade

Ramos de Atividade	Ramos produtores de bens ou serviços predominantemente transacionáveis (T)	<p>Agricultura, silvicultura e pesca</p> <p>Indústrias extrativas</p> <p>Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco</p> <p>Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro</p> <p>Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão</p> <p>Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados</p> <p>Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais</p> <p>Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas</p> <p>Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos</p> <p>Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos</p> <p>Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos</p> <p>Fabricação de equipamento elétrico</p> <p>Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.</p> <p>Fabricação de material de transporte</p> <p>Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos</p>
	Ramos produtores de bens ou serviços predominantemente não transacionáveis mercantis (NT_M)	<p>Construção</p> <p>Energia, água e saneamento</p> <p>Comércio e reparação de veículos</p> <p>Transportes e armazenagem</p> <p>Alojamento e restauração</p> <p>Atividades de informação e comunicação</p> <p>Atividades financeiras e de seguros</p> <p>Atividades imobiliárias</p> <p>Atividades profissionais, técnicas e científicas</p> <p>Atividades de serviços administrativos</p> <p>Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas</p> <p>Reparação de bens pessoais e outras atividades de serviços</p>
	Ramos produtores de bens ou serviços predominantemente não transacionáveis não mercantis (NT_NM)	<p>Administração pública e defesa</p> <p>Segurança social</p> <p>Educação</p> <p>Saúde e atividades de apoio social</p>